

Crise favorece aprovação do parlamentarismo

Amato adverte para impasse constitucional

Bauru — O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, disse ontem em Marília que o Brasil precisa evitar um impasse constitucional, por causa das dificuldades políticas que vêm surgindo. Para Amato, a Constituinte tem que manter o sistema presidencialista de governo, para evitar um agravamento de conflitos.

"Cada vez que o Brasil entra em convulsão, que tem problemas políticos e econômicos, se quer mudar as regras do jogo.

Acho que este não é o momento certo. O povo apoiou o atual Governo, pois confiava em eleições presidenciais diretas depois da fase de transição. O que a sociedade quer hoje com os deputados e senadores que formam a Assembleia Nacional Constituinte é o estabelecimento de regras para o desenvolvimento do Brasil e não programas para mudar o regime político. Com essas discussões, o atual Governo corre sérios riscos. Isso está perturbando muito" — disse Mário Amato.

Segundo o presidente da Fiesp, o empresariado de um modo geral, e ele particularmente defende a manutenção do sistema presidencialista de governo.

"Sou presidencialista. Mudar a regra do jogo agora seria inconveniente, desastroso e não aconselhável. Temos que evitar impasses e estabelecer um sistema de desenvolvimento do País. Hoje, porém, a Constituinte está mais preocupada em definir quem é quem no Governo, o que vai gerar uma crise muito profunda no País" disse Amato.

O presidente da Fiesp afirmou ainda que a indústria não tem condições de fazer a atecipação do pagamento das URPS (Unidades de Referências de Preços).

"As empresas estão muito apertadas, sem dinheiro a nossa sugestão é de que se a inflação por acima do que o Governo espera, então temos que promover um realinhamento de salários. Antecipação das Urps tem que ser revista" disse Amato.

Ele espera que o Brasil termine o ano com uma inflação média mensal de 8%.

"Se a inflação for superior a essa marca, então estaremos todos perdidos e o esforço do Governo de tentar controlar a economia terá sido em vão", concluiu.



Na reunião da Sudene, os governadores se posicionaram contra o novo sistema no Governo Sarney

Para governadores, sistema de Cabral agride democracia

Belo Horizonte — Oito governadores assinaram ontem, em Montes Claros (MG), um documento de repúdio à forma de governo parlamentarista defendida pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), em seu segundo substitutivo ao projeto da nova Constituição. Os governadores afirmaram que o parlamentarismo de Cabral "agride o princípio democrático universal da soberania popular", além de restringir seus poderes.

Os governadores administram estados do Nordeste e antes de assinarem a "Carta de Montes Claros" chegaram a redigir um documento em que repudiavam qualquer forma de parlamentarismo. Mas dois deles — Fernando Collor de Melo (AL) e Waldir Pires (BA) — alteraram a redação, fazendo com que o protesto fosse dirigido apenas ao parlamentarismo no governo Sarney. A alteração contrariou o governador anfitrião, Newton Cardoso (MG), que propôs o documento conjunto.

Os governadores que se manifestaram contra a proposta parlamentarista de Bernardo Cabral foram: Newton Cardoso (MG), Alberto Silva (PI), Tasso Jereissati (CE), Geraldo Melo

(RN), Fernando Collor de Melo (AL), Waldir Pires (BA), Epitácio Cafeteira (MA) e Antônio Carlos Valadares (SE). O jornalista Fernando César Mesquita, que governa o território de Fernando de Noronha, participou das conversas que antecederam a divulgação da "Carta de Montes Claros", mas não assinou o documento, porque ele fala em governadores eleitos, apenas. O ministro do Interior, o pefelista João Alves, também acompanhou as discussões, sem opinar.

Reunião da Sudene

Para tirarem essa posição contra o relator Bernardo Cabral, os oito governadores aproveitaram a 325ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. Logo na abertura do encontro, Newton Cardoso surpreendeu com um discurso, que, mais tarde, seria reformulado pelo documento assinado por ele e sete colegas governadores: "A memória de Tancredo Neves não pode ser traída por aqueles que querem a democracia sem voto", disse, numa referência à volta do Colégio Eleitoral proposta pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. Mais adiante, Cardoso afirmou:

Aníbal aponta 60% a favor dos seis anos

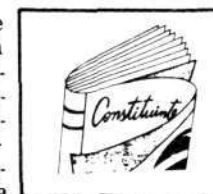
Montes Claros — O ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, revelou ontem, em Montes Claros (MG) onde participou da reunião da Sudene, que o presidente José Sarney já tem o apoio de 66% dos constituintes para manter o mandato de seis anos, que a atual Constituição lhe assegura. Essa informação é baseada "em pesquisa", realizada pelo próprio Palácio do Planalto e garantem que, no mínimo, o mandato do presidente José Sarney será de cinco anos, como ele deseja. As consultas anunciadas pelo ministro indicam ainda que o presidencialismo vence na Constituinte, embora esteja prevista uma disputa apertada com os parlamentaristas.

Aníbal Teixeira acrescentou que o presidente da República conta na Constituinte com número significativo de apoios individuais ou partidários, que já lhe permite assegurar o mandato de cinco anos. Para Teixeira, em relação ao mandato, "as forças já estão colocadas efetivamente".

O ministro mostrava-se ontem preocupado com o rompimento da Aliança Democrática. Segundo ele, o Brasil precisa consolidar o seu processo democrático e fazer a sua nova Constituição, e que o rompimento em nada ajudava nisso, "mas, infelizmente, algumas dissenções às vezes prejudicam ou truncam esses propósitos", afirmou.

A crise que implodiu a Aliança Democrática está apressando os entendimentos sobre sistema de Governo, e parlamentarismo por etapas deve ser a solução. Nas últimas 48 horas os coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário intensificaram os entendimentos com o presidente Sarney e com Ulysses Guimarães, garantindo que a proposta é viável.

Ulysses Guimarães, segundo os líderes do PMDB, já estaria convencido de que seriam remotas as chances de aprovação do sistema presidencialista, com o fortalecimento do Poder Legislativo. Com a disposição do presidente Sarney de reformular seu apoio político-



parlamentar, o parlamentarismo gradual seria o caminho para garantir a estabilidade da transição.

Apóio

Esta posição tem o apoio dos líderes do PMDB na Câmara, no Senado e na Constituinte, Luiz Henrique, Fernando Henrique e Euclides Scalco. Os coordenadores do parlamentarismo gradual, como Jose Richa, Cid Carvalho, Israel Pinheiro Filho, Konder Reis, Bonifácio de Andrada e Joaquim Bevilacqua, contavam, ontem, com 30 assinaturas de integrantes da comissão de sistematização, de apoio à proposta que defendem.

Obtido o «sinal verde» de Sarney e de Ulysses, como acreditam, a liderança do Governo — Carlos Sant'Anna — conseguiria as assinaturas necessárias para atingir a maioria absoluta da comissão — 47, do total de 93 parlamentares.

Encontro pode trazer solução

O presidente José Sarney terá um encontro reservado este fim de semana com o deputado Ulysses Guimarães, quando então poderá surgir um caminho para a crise decorrente do rompimento oficial da Aliança Democrática. Ulysses está tranqüilo e mantém expectativa favorável em relação ao PMDB.

No encontro entre ambos, quinta-feira, Sarney fez um relato dos fatos um tanto rapidamente, e queixou-se das atitudes do senador Marco Maciel e do ministro Jorge Bornhausen. De outro lado, elogiou a postura do ministro Aureliano Chaves.

Na ocasião, Ulysses relatou ao Presidente que a tendência majoritária dentro da Constituinte aponta para o parlamentarismo, salientando a conveniência do en-

contro de uma fórmula de composição. Sarney ouviu mas preferiu não fazer observações.

Cenário

Segundo avaliação de Ulysses, feita a parlamentares de sua confiança, o PFL montou um cenário para provocar uma reforma ministerial, com o objetivo muito preciso de afastar o ministro Raphael de Almeida Magalhães. Isso porque, com o trabalho de unificação das ações de saúde na área da Previdência Social, os recursos deverão ser transferidos diretamente para os estados, cujos governos estão com o PMDB. Tática semelhante teria sido utilizada pelo PFL na deposição do ex-ministro Dilson Funaro, pois o então ministro Marco Maciel deixou antes o Gabinete Civil da Presidência da República.



Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília



SE NÃO SACOU, É BOM SACAR

Os bancários do país inteiro entrarão em greve no dia 29 de setembro. Se você não sacou é bom sacar. A população deve estar alerta para não ser prejudicada. Saque seu dinheiro, retire talão de cheque, confira seu saldo. Previna-se! A intransigência dos banqueiros determinou a greve. Quando a intransigência acabar, a greve também acabará!